



CNPJ 28.321.315/0001-50

2 Política Nacional

Bolsa Família potencializa acesso ao mercado de trabalho formal

5 Municípios

Em todo o Amazonas, presença de soja está proibida a partir desta quinta-feira (15/6)

6 Economia

Decreto estabelece Banco Central como regulador do mercado de criptoativos



Bolsa Família potencializa acesso ao mercado de trabalho formal

Ser beneficiário do Bolsa Família é a oportunidade que famílias de baixa renda tem para alcançar melhores condições de vida e um emprego formal, comprova o estudo do IMDS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social) em parceria com a Oppen Social e FGV-EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças, da Fundação Getúlio Vargas). O estudo "Condições de acesso ao mercado de trabalho formal: uma análise dos beneficiários de 2005 do



PBF" indicou que 44,7% de beneficiários dependentes do Bolsa Família em 2005 foram encontrados na Rais

(Relação Anual de Informações Sociais), entre 2015 e 2019. A Rais é um relatório oficial do Ministério do Tra-

balho sobre o mercado de trabalho formal. O percentual se refere a 5,2 milhões de "filhos do Bolsa Família" – encontrados no relatório de um universo de 11,6 milhões de beneficiários- que acessaram o mercado de trabalho formal no período ao menos uma vez. Foi considerado dependente quem tinha de 7 a 16 anos em 2005. Os dados revelam que o Bolsa Família, criado pela primeira gestão do presidente Lula em 2003, é fundamental para a emancipação das pessoas.

Conselho de Ética abre processo contra cinco senadores

O Conselho de Ética do Senado instaurou nesta quarta-feira (14) processos contra cinco senadores. Outros seis casos foram arquivados. O colegiado retoma as atividades após seis anos de inatividade.

O senador Chico Rodrigues (DEM-RR) foi denunciado pelos partidos Rede Sustentabilidade e Cidadania por ter sido flagrado com grande volume de dinheiro em espécie durante operação da Polícia Federal. O parlamentar chegou a se afastar por 120 dias, mas retornou ao cargo. O senador Renan Calheiros (MDB-AL) foi sorteado relator do caso.

O senador Jorge Kajuru responderá por dois processos de quebra de decoro. Em um deles, o parlamentar é denunciado pelo senador Flavio Bolsonaro (PL-RJ) por divulgar, em 2021, gravação com o então presidente Jair Bolsonaro com diálogos sobre uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que autorizou a instalação da CPI da Covid. A senadora Zenaide Maia (PSB-RN) será a relatora desse processo. No segundo, Kajuru foi denunciado pelo ex-senador Luiz Carlos do Carmo por supostamente divulgar informações falsas sobre parlamentares do estado de Goiás. O senador Otto Alencar (PSD-BA) foi sorteado relator desse caso.

Respondendo por suposta quebra de decoro, o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) foi denunciado pela ex-deputada Joice Hasselmann (PSDB-SP), por ter sido ironizada após acidente ocorrido com ela em 2021. O senador Dr Hiran (PP-RR) foi sorteado relator do processo.

Já o senador Cid Gomes foi denunciado pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) por declarações, em 2019, nas quais chamou Lira de "achacador", "uma pessoa que no seu dia a dia, a sua prática é toda voltada para a chantagem, para a criação de dificuldades para encontrar propostas de solução". O senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) foi sorteado relator da denúncia.

Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP) responderá por denúncia apresentada pela ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), de atentado contra a "instituição Presidência da República e diretamente ao Estado Democrático e de Direito" ao criticar o ex-presidente Jair Bolsonaro por sua condição durante a pandemia de covid-19. As declarações foram feitas quando o senador foi vice-presidente na CPI da Covid, em 2021. O senador Omar Aziz (PSD-AM) será o relator do processo.

Dependência econômica da mulher agrava violência doméstica, dizem debatedores

É necessário garantir independência financeira a mulheres vítimas de agressões domésticas e conscientizar homens sobre os problemas do preconceito para combater a violência contra a mulher. A constatação foi feita por participantes de audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta quarta-feira (14).

O debate atende ao Requerimento (REQ) 39/2023, da senadora Margareth Buzetti (PSD-MT), para aprofundar as discussões do Projeto de Lei (PL) 4.875/2020, originário da Câmara dos Deputados. O projeto, que tem Buzetti como relatora, altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) para prever o pagamento de auxílio-aluguel a mulheres vítimas de violência doméstica. O valor será definido pelo juiz com base na situação vivenciada pela vítima e não poderá ser pago por período superior a seis meses.

A senadora denunciou os números de violência registrados contra mulheres e demonstrou a importância de

sensibilizar os homens sobre o assunto.

Segundo Buzetti, um dos objetivos do debate foi apresentar o programa Ser Mulher, do governo de Mato Grosso, para subsidiar a elaboração de seu relatório do PL 4.875/2020. O programa mato-grossense oferece um cartão com o valor de R\$ 600 para que mulheres nesta situação possam sair do ambiente violento.

A primeira-dama de Mato Grosso e idealizadora do programa, Virginia Mendes, disse que o Ser Mulher trabalha para que a vítima se torne independente economicamente.



Vereadores de Manaus debatem sobre fortalecimento de políticas de habitação e esporte na CMM

O Grande Expediente desta terça-feira (13/06), a necessidade de aumentar políticas de habitação para reduzir moradias em áreas de risco na capital. Os temas foram trazidos pelos vereadores inscritos na sessão, presidida pelo vereador Caio André (PSC), os quais também se pronunciaram sobre medidas para fomentar projetos sociais com foco no esporte comunitário.

O vereador Raulzinho (PSDB) levou à tribuna o tema sobre habitação. Em seu discurso, ele elogiou o esforço da Prefeitura de Manaus e do Governo do



Estado em adotar medidas junto ao Governo Federal no sentido de conseguir recursos para construção de moradias, reduzindo assim as áreas de risco. O parlamentar reforçou, ain-

da, o papel da Casa Municipal que aprovou a criação da Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (Semhaf).

O vereador Elissandro Bessa (Solidariedade)

aproveitou o Grande Expediente para falar sobre projetos sociais ligados ao esporte. Ele exemplificou a cobrança propondo o ensino do jiu-jitsu nas escolas municipais, incentivando jovens a praticarem o esporte.

Também no Grande Expediente, o vereador Rodrigo Guedes (Podemos) cobrou da empresa Águas de Manaus a execução imediata do Termo de Ajuste de Gestão (TAG), firmado ao final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou supostas irregularidades cometidas pela empresa.

Prefeitura de Manaus divulga lista de empreendedores selecionados para feiras itinerantes

A Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação (Semtepi), realizou nesta quinta-feira, 1º/6, o sorteio dos empreendedores de economia solidária e criativa, para participar das feiras itinerantes promovidas no arraial do CSU do Parque 10 e no Festival Folclórico do Amazonas.

No total, 100 empreendedores foram sorteados eletronicamente, por meio de um aplicativo, sendo que 80 vão fazer parte do revezamento de quatro semanas no arraial do CSU, localizado no Centro Social Urbano (CSU) do Parque 10 de Novembro, zona Centro-Sul; e 20 estarão durante duas semanas, no Centro Cultural Povos da Amazônia, zona Sul.

“Estamos adotando esse procedimento mais transparente, para atender cada um dos empreendedores cadastrados. Nós estamos sempre ofertando mais oportunidades de renda, com vendas nos espaços públicos da Prefeitura de Manaus, shopping e festivais”, destacou o titular da Semtepi, Radyr Júnior.

A feira está acontecendo desde o dia 9 e vai até 9 de julho no arraial do CSU do Parque 10. De Novembro.



Superintendente do DNIT confirma conclusão de pontes semi-permanentes na BR-319 em outubro

As pontes, em caráter semi-permanente, para a travessia sobre os rios Curuçá e Autaz Mirim, na rodovia BR-319 devem estar concluídas em outubro deste ano. A garantia foi dada nesta terça-feira (13), pelo superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), Luciano Moreira de Sousa Filho, durante Audiência Pública, realizada pela Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) para discutir o cronograma das obras de restauração das pontes que colapsaram no ano passado. A iniciativa foi do presidente da Casa, deputado Roberto Cidade (União Brasil).

O desabamento da ponte sobre o rio Curuçá, situada no KM 23 da BR-319, ocor-

reu em 28 de setembro de 2022. Essa ponte, dentro da área territorial do município do Careiro da Várzea (a 25 quilômetros de Manaus), resultou na morte de quatro pessoas, além de 14 feridas, quando sua estrutura colapsou.

Poucos dias depois, em 8 de outubro, foi a vez da ponte sobre o rio Autaz Mirim, localizada no KM 25 da mesma rodovia, cair, desta vez, felizmente, sem vítimas.



Tecnologia de carros elétricos são prioridade para transição energética

O desenvolvimento de uma indústria voltada à produção de carros elétricos é uma das prioridades do governo federal. Para viabilizar a fabricação e a comercialização desse tipo de veículo, as autoridades do setor pretendem fazer do país um grande centro produtor de baterias de lítio.

A afirmação foi feita nesta quarta-feira (14) pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, durante a abertura do evento Anfa-vea: Conduzindo o Futuro



da Eletrificação no Brasil, promovido pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automoto-

tores, em Brasília. Um dos componentes mais caros dos veículos automotivos elétricos é a bateria, que

pode ser de lítio, substância bastante encontrada em território nacional.

“Temos desenvolvido a cadeia de produção do lítio, fundamental para a eletrificação da frota. Tornaremos o nosso país um hub para a produção de baterias, com geração de emprego e renda para nossa população, como no Vale do Jequitinhonha [MG]”, disse Alexandre Silveira ao citar a mobilidade elétrica como uma das principais frentes para descarbonizar os transportes.

Institutos Federais de Educação participarão do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) participou, nesta terça-feira (13), da abertura da 123ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Pela primeira vez, o Conif faz parte do grupo de nove entidades que contam com representação no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), órgão consultivo de assessoramento superior do Presidente da República coordenado pelo MCTI.

Em sua fala no evento, a assessora do MCTI para o CCT, Denise Carvalho, ressaltou que a inclusão do Conif no conselho será relevante para a formulação e implementação da política nacional de ciência e tecnologia. “O Conif vai trazer uma grande capilaridade, porque repre-

senta diversas instituições e tem a capacidade de interiorizar políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação”, reforçou Denise.

O Conif, presidido pela reitora do Instituto Federal do Sertão, Leopoldina Veras, representa 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II. Juntas, essas instituições contam com mais de 600 unidades em todo o Brasil. A representante do MCTI apontou também o papel estratégico do Conif na implantação de projetos de popularização da ciência e na promoção de inovação tecnológica em municípios no interior do país. “São muitas unidades com incubadoras de empresas e que atuam na solução de problemas locais”, ressaltou.

União Europeia aprova primeira regulamentação de Inteligência Artificial



Nesta quarta-feira (14), o Parlamento Europeu aprovou o “AI Act”, o primeiro conjunto de leis que regulamenta o uso de Inteligência Artificial (IA). O AI Act segue uma abordagem baseada em risco, sendo mais severo com tecnologias que oferecem danos à saúde, segurança, direitos fundamentais ou meio ambiente.

A legislação classifica as ferramentas em “IA de alto risco” e “IA de uso geral”. O primeiro grupo inclui, por exemplo, sistemas utilizados para influenciar eleitores em campanhas políticas, além dos recomendados por plataformas de mídia social.

Já a segunda classifi-

cação se refere a IAs que garantam proteção aos direitos fundamentais e à democracia. Modelos generativos, como o ChatGPT, devem cumprir requisitos adicionais de transparência, incluindo divulgar o que já foi gerado e refinar o modelo para evitar que ele gere conteúdo ilegal.

O AI Act veta usos intrusivos e discriminatórios de sistemas de IA, como sistemas de categorização biométrica que usam características sensíveis (gênero, raça, etnia, orientação política) e sistemas de policiamento preditivo, com base em perfis, localização, reconhecimento de emoções ou antecedentes criminais.

Em Parintins, Complexo Turístico da Serra da Valéria tem 97% da obra concluída

Parintins (a 369 quilômetros de Manaus) receberá um novo atrativo de turismo neste mês de junho. Com 97% da obra concluída, o Complexo de Infraestrutura Turística da Serra da Valéria, que será entregue pelo Governo do Amazonas, por meio da Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur), irá impulsionar o ecoturismo na região, proporcionando mais renda e desenvolvimento para a população local.

A obra inclui duas estações para recepção dos turistas e a construção de uma escadaria, com rampa de acesso, para maior comodidade dos visitantes. Além dos turistas que chegam à ilha da magia durante o 56º Festival Folclórico de Parintins (30/06 a 02/07), a infraestrutura turística irá atender os cruzeiros estrangeiros que passam pelo local. Para a temporada 2023/2024 são esperados mais de 30 navios que irão conhecer as belezas de Parintins.

Um dos pontos mais altos do município, a Serra da Valéria possui 152 metros de altura e oferece uma das vistas mais bonitas da região. O local faz divisa com o estado do Pará e reúne quatro comunidades ribeirinhas. A obra do complexo turístico inclui a construção do embarque e desembarque e mirantes para movimentar o turismo local, com exposição de artesanatos. Para chegar à Serra da Valéria, o acesso pode ser realizado via fluvial ou terrestre, saindo de Parintins. Quem preferir ir de barco de passeio, o trajeto dura em média três horas, com saída às 12h de Parintins. Para quem desejar chegar mais rápido, a opção é ir de lancha, que são organizadas por excursões e o trajeto dura em média 45 minutos. Durante a seca do rio, que ocorre de fevereiro a novembro, o acesso pode ser realizado pela estrada, via Vila Amazônia, e leva em torno de uma hora de duração.

Em todo o Amazonas, presença de soja está proibida a partir desta quinta-feira (15/6)

Atendendo a Portaria nº 781/2023 do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), os agricultores do Amazonas estão proibidos de plantar e manter vivas plantas de soja em qualquer fase de desenvolvimento no estado, no período de 15 de junho a 15 de setembro, para garantir o controle do fungo *Phakopsora pachyrhizi*, causador da doença Ferrugem Asiática, uma das mais severas a atingir a cultura da soja, e passível de ocorrer em qualquer estágio da planta.

No Amazonas, os municípios de Humaitá, Lábrea e Canutama estão entre os principais produtores de soja no Estado. O estado não possui casos registrados da praga. No Brasil, os estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Goiás estão entre os que possuem registro de focos de Ferrugem Asiática ao longo dos últimos anos.

A Portaria nº 781 foi pu-



blicada no Diário Oficial da União (DOU), em abril deste ano. O alerta é da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (Adaf), que é responsável por fiscalizar o cumprimento da estratégia conhecida como vazio sanitário da soja.

A doença tem como características a desfolha precoce, o que impede o desenvolvimento completo dos grãos e, conseqüentemente, a redução da produtividade.

O descumprimento do vazio sanitário da soja é passível

de sanções administrativas como a interdição da propriedade, multa e destruição do material, bem como a responsabilização criminal do dono da propriedade, conforme o artigo nº 259, do Código Penal Brasileiro. Na esfera criminal é prevista reclusão de dois a cinco anos, e multa para quem difunde doença ou praga que possa causar dano à floresta, plantação ou animais de utilidade econômica. No caso de culpa, a punição é de detenção de um a seis meses, ou multa.

Em Careiro Castanho, polícia prende homem por tentativa de estupro da enteada de 13 anos

A 34ª Delegacia Interativa de Polícia (DIP) de Careiro Castanho (a 102 quilômetros distante de Manaus), prendeu, em flagrante, na segunda-feira (12/06), por volta das 20h, um homem de 45 anos, pelo crime de tentativa de estupro de vulnerável da sua enteada de 13 anos. O fato ocorreu no quilômetro 118 da rodovia federal BR-318, ramal PA, zona rural daquele município.

De acordo com o delegado David Jordão, titular da unidade policial, as diligências iniciaram logo

após os investigadores de plantão receberem denúncias que informavam que o autor estava tentando consumir o abuso sexual com a adolescente em troca de um aparelho celular que ele havia comprado.

"Tivemos acesso a mensagens de voz enviadas via aplicativo de mensagens instantâneas onde o suspeito tentava manipular a vítima em troca do objeto. Ele era padrasto dela, e relatava que desejava consumir o ato sexual apenas uma vez, e ninguém precisaria saber", explicou David

Jordão.

Conforme a autoridade policial, um familiar próximo a ela colheu as informações do abuso durante aquela tarde e denunciou para evitar um possível estupro. "Com base nisso, os policiais foram ao endereço e conseguiram localizar e prender o indivíduo, que confessou ter mostrado suas partes íntimas para vítima", disse o delegado.

O homem foi autuado em flagrante por tentativa de estupro de vulnerável, e ficará à disposição da Justiça.

Decreto estabelece Banco Central como regulador do mercado de criptoativos

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) determinou que o Banco Central será regulador do mercado de criptoativos no país, como bitcoins. O decreto, assinado pelo chefe do Executivo, foi publicado ontem (14), no Diário Oficial da União.

O texto estabelece que a autoridade monetária vai regular a prestação de serviços desses ativos virtuais; regular, autorizar e supervisionar as prestadoras de serviços; e deliberar sobre outras questões envolvendo a temática. A escolha do BC para a missão já era esperada por agentes do



setor, ainda que não estivesse definida. No final do ano passado, depois de sete anos de tramitação, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que regulamenta o merca-

do de criptoativos em território nacional.

O texto aprovado no Congresso não especifica um órgão regulador da atividade, mas afirma que compete ao Poder Execu-

tivo atribuir a um ou mais órgãos públicos a disciplina do funcionamento e a supervisão da prestadora de serviços de ativos virtuais.

Por isso, havia uma expectativa de que fosse nomeado o Banco Central -que já demonstrou interesse em assumir a responsabilidade. Mas, mesmo que a autoridade monetária seja escolhida, a regulação dos ativos digitais que representam valores mobiliários continuará sendo competência da CVM, como consta no decreto publicado nesta quarta.

Câmara Federal aprova uso da previdência privada como garantia para empréstimos

Câmara aprovou na terça-feira, 13, um projeto de lei que permite o uso de recursos dos planos de previdência complementar aberta como garantia para obtenção de empréstimos. A medida, que segue agora para análise do Senado, foi enviada ao Congresso pelo governo. O texto, que passou no plenário sem alterações, foi elaborado pelo Ministério da Fazenda.

Foram 318 votos favoráveis ao projeto e 31 contrários. Partidos de esquerda, como o PDT, questionaram a medida e afirmaram que ela pode aumentar o endividamento das famílias, o que é refutado pela Fazenda. A federação PSOL-Rede orientou seus deputados a rejeitarem a proposta. O PT, partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

por outro lado, orientou sua bancada a votar pela aprovação do projeto, assim como a liderança do governo na Câmara.

Pelo projeto, quem tem plano de previdência complementar aberta fica autorizado legalmente a usar o direito de resgate dos recursos como garantia em operações de crédito. O texto também garante o benefício a contratantes de seguros de vida em regime de capitalização, cotistas do Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI) e donos de títulos de capitalização.

De acordo com o Haddad, a proposta tem o objetivo de preservar incentivos para investimentos de longo prazo e para a formação de poupança de caráter previdenciário.

Veículos mais baratos: conheça as montadoras que aderiram ao programa do Governo

Nove montadoras de carros, dez de caminhões e nove de ônibus aderiram ao programa do governo federal que prevê a redução de impostos para baratear o valor dos automóveis no Brasil. A informação foi divulgada ontem (14) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (MDIC).

Em relação aos carros de passeio, demonstraram interesse em participar do programa as montadoras Renault, Volks, Toyota, Hyundai, Nissan, Honda, GM, Fiat e Peugeot. Elas colocaram à disposição 233 versões de 31 modelos de automóveis. O MDIC informou ainda que "a lista é dinâmica, ou seja, as montadoras podem a qualquer momento incluir outros modelos, desde que co-

munique o MDIC".

A lista completa dos modelos e versões organizada por ordem alfabética, com os descontos previstos, pode ser conferida aqui. Já a lista organizada pelo valor dos modelos pode ser acessada aqui.

Todas essas empresas pediram o máximo de recursos iniciais permitidos no momento da adesão do programa, ou seja, R\$ 10 milhões cada, sendo que seis montadoras – Volks, Hyundai, GM, Fiat, Peugeot e Renault – pediram crédito adicional de mais R\$ 10 milhões.

Os descontos no valor final dos carros incluídos no programa do governo federal vão de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil, podendo aumentar a depender dos critérios usados pelas fábricas e concessionárias.

Nova descoberta poderá ajudar na prevenção e cura de diabetes tipo 1

Recentemente, pesquisadores identificaram os genes "nucleares" que aumentam o risco de desenvolver diabetes tipo 1, o que pode auxiliar no desenvolvimento de novas imunoterapias capazes de prevenir, retardar ou até mesmo curar a doença ao longo da vida.

Os resultados são provenientes de um estudo que analisou dados genéticos e amostras de sangue de 4.964 indivíduos com diabetes tipo 1 e quase oito mil sem a doença.

De acordo com os pesquisadores da Universidade de Edimburgo, na



Escócia, citados pelo jornal The Independent, foi identificado um grupo "nuclear" de nove genes, todos relacionados ao sistema imunológico, sendo que sete deles desempe-

nham um papel crucial na regulação das células que atacam o pâncreas nos casos de diabetes tipo 1. Esse "ataque" torna mais difícil a produção de insulina, explicam os especia-

listas.

Mais especificamente, dois dos genes estão ligados à primeira linha de defesa do sistema imunológico, onde ocorre o reconhecimento de bactérias e vírus, e anteriormente não eram associados a esse tipo de diabetes.

Portanto, essas descobertas abrem "a porta para uma série de novos alvos para imunoterapias que podem prevenir, retardar ou tratar a diabetes tipo 1 em estágios iniciais", afirma Elizabeth Robertson, diretora de pesquisa da Diabetes UK, entidade que financiou a pesquisa.

Pesquisa do AM identifica patrimônio geológico e arqueológico de São Gabriel da Cachoeira

Em São Gabriel da Cachoeira (distante 852 quilômetros de Manaus), estudo realizou a identificação e o mapeamento do patrimônio geológico e arqueológico da cidade. Além de gerar conhecimento científico, o projeto também promoveu o incentivo a atividades ligadas ao geoturismo no município.

Por meio do projeto, foi identificado um sítio arqueológico em conjuntos rochosos na comunidade Cabari, localizada à margem direita do Rio Negro, próximo à sede de São Gabriel da Cachoeira.

E, no Morro Fortaleza, bem como em vários pontos da cidade, foram mapeados vestígios e fragmentos de cerâmicas, de onde foram retirados 550 quilos de material arqueológico, que se encontram no Museu da Amazônia, em Manaus, para tratamento e exposição pública.

Segundo a coordenadora da pesquisa, a doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia Solange Pereira do Nascimento, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), na orla de São Gabriel da Cachoeira, os pesquisadores reportaram ter identificado conjuntos rochosos expostos durante a vazante do rio Negro.

Também na sede de São Gabriel da Cachoeira, foram observados extratos de solo de terra preta na Praça da Diocese da cidade e em outras áreas. Além disso, a pesquisa inseriu o Morro de Seis Lagos no Geossit, plataforma on-line de cadastro de sítios arqueológicos.

Deste modo, com a soma dos dados identificados e das informações coletadas no âmbito do projeto, o estudo pode auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas para a proteção e conservação ambiental.

Teste inédito é capaz de identificar Alzheimer antes da perda de memória

Está em desenvolvimento no Reino Unido mais um teste capaz de auxiliar na identificação do Alzheimer antes do surgimento de sintomas como perda de memória. A pesquisa está sendo realizada na Universidade de Warwick e envolve o uso de uma máquina capaz de recriar sabores com precisão.

Como funciona? O objetivo é que os participantes cheirem e bebam diferentes soluções aromáticas e as descrevam. Aqueles que não obtiverem resultados positivos serão submetidos a outros testes capazes de diagnosticar a doença, explicam os cientistas citados pelo jornal The Independent.

Trata-se de um teste não invasivo e simples, no qual os participantes cheiram e provam diferentes sabores, identificando características como o mais doce e o mais adstringente,

entre outros. Caso o teste não seja bem-sucedido, são realizados exames como ressonâncias magnéticas e análises do líquido cefalorraquidiano para confirmar ou descartar o diagnóstico.

"Nossos dados preliminares mostram diferenças na percepção de sabores entre pessoas com Alzheimer e aquelas sem a doença, por isso esperamos obter mais apoio e implementar esses testes de triagem em todo o Reino Unido", explica Alan Chalmers, um dos pesquisadores.





ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Barcelos
Comissão Permanente de Licitação

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2023

A Prefeitura Municipal De Barcelos, através da CPL do Poder Executivo, torna público a abertura da Tomada De Preço Nº 001/2023, no dia 03 de julho de 2023 às 09:00 horas, objetivando a Contratação De Pessoa Jurídica Especializada Na Construção Do Piabódromo Parque – Cidades Dos Peixes, Proveniente Do Convênio Nº 923548/2021 Firmado Entre O Departamento Do Programa Calha Norte Do Ministério Da Defesa E O Município De Barcelos. O Edital e seus Anexos estarão disponíveis aos interessados, a partir da data de publicação deste aviso na sede da CPL do Poder Executivo, localizada na Rua Tenreiro Aranha, nº 60, Centro - CEP 69.700-000 - Barcelos, no horário das 08h00min às 11h00min, de segunda a sexta-feira (dias úteis ou dias de expediente), podendo ser retirados gratuitamente em arquivo eletrônico por mídia portátil/removível ou arquivo impresso mediante o pagamento de DAM na importância de R\$ 100,00 (cem reais). A Prefeitura Municipal de Barcelos reserva-se ao direito de, a todo e qualquer tempo, desistir, revogar, adiar, ou mesmo anular, total ou parcialmente, esta licitação, sem que isso represente direito dos interessados a qualquer pedido de indenização, reembolso ou compensação de valores.

Barcelos , 13 de junho de 2023.

LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Japurá
Gabinete do Prefeito

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2023 - CPL/JAPURÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Japurá torna pública a abertura da Tomada de Preço nº 005/2023-CPL/JAPURÁ, no dia 30 de junho de 2023, às 08:00h objetivando a “Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia visando a Construção do Sistema de Abastecimento de Água no Município de Japurá”.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Japurá no período de 14/06/2023 a 29/06/2023, localizada na Avenida Amâncio Barbosa, s/n, bairro Centro, no horário das 8h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira, podendo ser retirados mediante o pagamento da taxa de R\$ 100,00 (cem reais).

Japurá/AM, 13 de junho de 2023.

RAIMUNDO VANILTON MONTEIRO DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Juruá
Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PE Nº 001/2023 – CPL/PMJ

O Prefeito Municipal De Juruá, no uso de suas atribuições legais e, Considerando a realização do Pregão Eletrônico Nº 001/2023 - CPL, que visa o Aquisição De Equipamento De Construção: Retroescavadeira De Médio Porte Para Prefeitura Municipal De Juruá. Considerando a deliberação da CPL da Prefeitura Municipal no Pregão Eletrônico Nº 001/2023 - CPL; Considerando a inexistência de recurso pendente de julgamento; Resolve: I – Adjudicar em favor da empresa: Revemar Comercio De Máquinas Industriais Ltda – CNPJ: 17.449.881/0001-25, vencedora com o valor global R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais). II – HOMOLOGAR a decisão final da CPL, referente ao Pregão Eletrônico Nº 001/2023 – CPL. III – Publique-Se.

Prefeitura Municipal De Juruá, em 12 de junho de 2023

José Maria Rodrigues Da Rocha Junior
Prefeito Municipal de Juruá/ Contratante



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Juruá
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DO CONTRATO 010.2023 Pregão Eletrônico nº 001.2023

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 001.2023. Data Da Assinatura: 13 de junho de 2023. Prazo: 180 (cento e oitenta) dias. Partes: Prefeitura Municipal De Juruá e a Empresa: Revemar Comercio De Máquinas Industriais Ltda – CNPJ: 17.449.881/ 0001-25. Objeto: Aquisição De Equipamento De Construção: Retroescavadeira De Médio Porte Para Prefeitura Municipal De Juruá. Valor Contratado: R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais); Dotação Orçamentária: Convênio Federal nº 931368/2022 – Plataforma + Brasil.

Prefeitura Municipal de Juruá, em 13 de junho de 2023

José Maria Rodrigues Da Rocha Junior
Prefeito Municipal de Juruá/ Contratante